

Fundamentando o seu trabalho, sobretudo na "Teoria do Conflito", de Simmel e na "Teoria da Ação Social", de Weber, Simone conseguiu demonstrar sobejamente, o aforisma de que, "nada é mais prático do que uma boa teoria". Sem excluir outros processos, o conflito "se apresenta como condição essencial para a sociedade", na concepção de Simmel, conflito que apresenta uma gradação de tipos, a partir do "conflito pacífico". Esta orientação que deu ao seu estudo certamente, veio a permitir um maior aprofundamento na intrincada rede da interação, não permitindo que aflorassem apenas, ou que predominassem os chamados processos associativos como a cooperação, a acomodação e a assimilação, tão a gosto de estudiosos superficiais e apressados, quando analisam sociedades, simples ou dos conflitos permanentes e intensos quando se trata de sociedades de classe. Esquecem que uma cooperação permanente e a persistência quase absoluta dos processos chamados associativos, são mais próprios das apelidadas "sociedades animais", de um formigueiro ou de uma colmeia de abelhas. E que, também não se tem notícia, de uma sociedade que viva em permanente conflito, todos contra todos, uma classe em permanente opressão a outra, onde ninguém se defende e a maioria se submete docilmente à vontade, ao mando absoluto, à prepotência de minorias. Ao contrário, onde houver interação, onde existir dois ou mais homens em contato, tem que existir discussão, imposição e rejeição de pontos de vista, competição e também "a apreensão recíproca, a harmonia e a mutualidade que Simmel chama de forças socializantes".

Escrevendo sobre três pequenas comunidades de pescadores paraibanos, Simone Maldonado faz um estudo comparativo entre a pesca em outras localidades do Brasil e do mundo, em diversas épocas e entre as pescas artesanal e industrial. A rica bibliografia de cento e quatro títulos, escritos em cinco idiomas, atesta a amplitude do seu trabalho. E não se conteve a escrever apenas sobre pescadores. Outras "ocupações extremas", serviços de alto risco, além da pesca, a mineração e as frágeis e incertas agriculturas de regiões desertas, também são contempladas, estudos comparativos que muito enriquecem o trabalho. E, é necessário ressaltar que, escreveu sobre uma atividade da qual a mulher é proibida de participar - nunca pôde tomar lugar em um bote de pescaria do alto. Conseguiu outros meios para suprir a proibição e o fez de forma magistral,

sem diminuir o valor da sua obra. Certamente, devido a este impedimento consuetudinário foi uma das primeiras mulheres a elaborar um trabalho científico, objetivo, a respeito da pescaria no mar alto.

Finalmente, encerrando esta imperfeita apresentação que já se prolonga um pouco e se estenderia muito se fossemos analisar em detalhes o vasto e valioso conteúdo que a obra encerra. Queremos afirmar que Simone Maldonado, em *Mestres & Mares* ao analisar e relatar três pequenas comunidades de pescadores, transpôs, para as ciências sociais, em toda a sua plenitude o conselho que Leon Tolstoi dava aos escritores iniciantes: "Se queres ser universal descreve a tua aldeia".

- *Aécio Villar de Aquino* -  
Professor do Departamento  
de Ciências Sociais da UFPb.

\* \* \*

SOARES, José Arlindo & SOLER, Salvador. Poder local e participação popular. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992, 112 pags. BARREIRA, Irllys. O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1992, 181 págs..

A publicação dos livros *Poder Local e Participação Popular* e *O Reverso das Vitrines*, acontece em um momento importante de redefinições da leitura sobre a temática dos movimentos sociais urbanos (MSU), participação popular e poder local na academia e junto aos militantes e núcleos assessores às organizações populares no Brasil. O primeiro livro trata da experiência de administração da Frente Popular na Prefeitura da Cidade do Recife, capital de Pernambuco, nos anos de 1986 a 1988. O segundo, analisa os MSU na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, como expressão de uma metrópole em expansão, apontando transformações na esfera do político, a partir da visibilidade de moradia e pobreza urbana como questões sociais.

Ambos pensam a questão da institucionalização dos MSU e os impasses para a consolidação democrática advindas desse processo. Nos ensaios de José Arlindo Soares e Salvador Soler, as análises recaem sobre a participação dos MSU na gestão municipal, chamando a atenção para a necessidade de uma diferenciação entre a participação no centro das decisões

das políticas públicas e a participação nas agências secundárias da administração. Interrogam, também, sobre quais os impactos provocados nas políticas públicas, em função da presença dos MSU na definição das prioridades do governo e no controle do cotidiano das administrações municipais. Nesse sentido, refletem o alcance das alianças políticas locais na articulação de novos espaços de hegemonia, e buscam avaliar o nível de organicidade dos movimentos sociais no processo participativo de definição e controle das políticas públicas locais. Além de discutirem os limites e as possibilidades dos governos locais de aspirações "mudancistas" de combinarem as formas de democracia representativa legalmente instituídas, com os novos mecanismos de participação direta em várias instâncias do poder.

O trabalho de Irllys Barreira preocupa-se com a análise interna dos MSU. Busca recompor a característica descontínua dos movimentos, e os processos que transformam seu caráter fragmentário em expressão representativa no conjunto das forças sociais. Demonstra como o reconhecimento social das lutas populares só se tornou possível, na cidade de Fortaleza, através da mediação de outras forças externas ao movimento, tais como os partidos políticos e a Igreja. Discorda, assim, da visão comum a maioria dos trabalhos sobre a temática dos MSU que dão pouca ou nenhuma importância a essa ascendência.

Enfatiza, porém, que embora os movimentos sociais não possam ser analisados como algo destituído da influência de instâncias mediadoras, eles não são simplesmente a "realização de um saber elaborado de fora". Recupera de Poulantzas o conceito de "tensão irreduzível" na relação mediadores e movimentos. Este conceito, para a autora, permite pensar movimentos e mediadores como instâncias separadas e, ao mesmo tempo, articuladas, que fazem das lutas um processo contínuo de trocas de saberes e elaboração de experiências.

Interroga, assim, o problema da diversidade no processo político apontado no cotidiano das lutas urbanas, e discute como distintas forças sociais avaliam as diferentes perspectivas políticas no interior dos movimentos e o processo de luta por hegemonia inerente a essa avaliação, chegando a conclusão de que o reconhecimento da diversidade, enquanto elemento pertinente a uma ordem democrática, está distante da prática política dos mediado-

res. O pensamento de esquerda, presente no discurso e prática dos mediadores, para a autora, assim, reproduz a dimensão do indivisível, supondo a diversidade como entrave à realização da utopia igualitária.

Fica difícil, nesse sentido, afirma Irllys, pensar a idéia de uma organização democrática no âmbito interno dos MSU. A relação entre o espaço político criado pelos movimentos articulados a forças sociais envolve, assim, dimensões de ordem contraditória e ambígua: há o reforço e ampliação de referentes culturais que significam a oposição ao Estado, ao lado de uma tentativa de transformar esse espaço em uma dimensão corporativa, que busca agregar os "verdadeiros" representantes do povo, excluindo outros participantes. Conclui, afirmando que a dimensão simbólica e instintiva dos direitos, ao lado da formulação de critérios de legitimidade e reconhecimentos, implicando uma forma diferente de pensar e fazer política, possui limites na dinâmica complexa das articulações internas e externas aos MSU. O que possibilita um retorno a temática tradicional do poder, que delimita o caráter de novidade dos movimentos sociais, dificultando a sua configuração, - em um espaço alternativo de expressão e organização, e sua constituição em sujeitos políticos plenos.

Os dois trabalhos aqui apresentados, sob ângulos diferentes, trazem a preocupação de analisar os MSU a partir dos seus impasses internos, - no interior das lutas cotidianas e do processo político-organizacional, - e externos, - inerentes a institucionalização da participação popular. Discutem, assim, os avanços e os limites dos MSU na constituição e formalização de novas regras de convívio democrático, quer no interior dos movimentos, - apontando para a necessidade da diversidade política, - quer no processo de gestão da cidade, - através da ampliação do espaço de conquista e expressão dos direitos e interesses dos cidadãos.

Alertam, enfim, que a cidadania, aspecto central da constituição dos MSU e sua principal estruturação política, só pode ser considerada conquista quando se viabilize em espaço de decisão e não só espaço de confronto de idéias. E que corresponda às necessidades do Brasil de hoje, tem a cidade, enquanto espaço territorial, como o "locus" privilegiado. A sua viabilização e expansão só será possível sobre bases locais, isto é, no desenvolvimento de instituições político-participativas desde a esfera municipal. Para os autores aqui anali-

sados, e nesse processo, que se encontra a novidade política dos movimentos sociais recentes: na instauração conflitiva de uma cultura política que privilegie a cidadania plena, na expansão de conquistas quotidianas que forcem ou levaram à construção de políticas governamentais de caráter participativo, e na ampliação do espaço de decisão popular no processo de gestão política municipal.

Os livros analisados representam, sem sombra de dúvida, importantes contribuições à análise da cultura política emergente no Brasil a partir dos conflitos urbanos, e sua configuração em movimentos sociais. Ao pensarem os MSU no cerne da cidade, e da lógica contraditória da prática democrática, observam o jogo do político como espaço de decisão, e os limites e impasses das suas conquistas, quando se institucionalizam como movimentos, perante si próprios, internamente, e junto ao Estado. Chamam a atenção, assim, para os ardis da representação popular, quando possa vir a consolidar-se como prática corporativa ou a se envolver de tal forma com o Estado que se confunda com o mesmo. Ao mesmo tempo que reconhecem a institucionalização e a participação nos processos decisórios das políticas públicas e gestões administrativas como conquista dos movimentos.

Conquista que deve refletir-se em um processo contínuo de questionamento à própria institucionalização, recriando formas novas de participação e negociação com o poder. Os espaços de consolidação democrática e da cidadania, desse modo, sendo ampliados.

- *Mauro Guilherme Pinheiro Koury*  
-  
Coordenador e Professor do Mestrado  
em  
Ciências Sociais da UFPb.

\* \* \*